

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.451 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2002

**Calheiros propõe
ao Senado sustar
resolução do TSE**

PÁGINA 5

**Heloísa quer ouvir
delegados sobre
caso Roseana**

PÁGINA 7

**Aprovada a
convocação de
dois ministros**

PÁGINA 8

Entre Artur da Távola (E) e Moroni Torgan, Iris Rezende
(ao microfone) preside a reunião da comissão mista,
que teve também a participação de Laura Carneiro



Comissão aprova maior rapidez em processo penal

Mudanças no Código de Processo Penal para diminuir o número de recursos e a duração dos processos criminais foram aprovadas ontem pela Comissão Mista de Segurança Pública. As alterações devem ser apreciadas agora pelo Senado e Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

REFORMA DO JUDICIÁRIO



Na comissão, vários senadores elogiaram o desempenho de Cabral na relatoria da proposta de reforma do Judiciário

**CCJ conclui votação e
prepara texto para
enviar ao Plenário**

PÁGINA 4

Congresso presta homenagem ao Dia Internacional da Mulher

Sessão solene reuniu ontem senadores e deputados para lembrar o Dia Internacional da Mulher. Emilia Fernandes ressaltou a ameaça que o projeto de mudança da CLT representa para direitos femininos.

PÁGINA 6



A senadora Emilia Fernandes presidiu ontem a sessão comemorativa do Dia Internacional da Mulher

Pauta de votações permanece trancada

Falta de acordo sobre a medida provisória que alonga as dívidas originárias do crédito rural impede decisão sobre outras matérias. Ramez Tebet apela por uma solução



Casildo Maldaner pediu à Comissão Diretora que aprove seu projeto de resolução

Maldaner quer divulgar cultura dos estados

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez um apelo ontem para que a Comissão Diretora da Casa aprove projeto de resolução de sua autoria, apresentado em 1996, que autoriza a Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado (Seep) a imprimir, anualmente, um livro, revista ou periódico relativo ao estado de origem de cada senador. O projeto prevê que a obra pode ser de autores conhecidos ou desconhecidos. O senador ressalta que as despesas, sem nenhum ônus adicional, seriam cobertas pela cota anual dos parlamentares.

Maldaner disse que a Subcomissão do Livro, criada por iniciativa do senador José Sarney (PMDB-AP), será instalada nas próximas semanas. Para ele, este é o momento oportuno de concretizar sua proposta, que tem por objetivo divulgar teses, estudos sociais, científicos, filosóficos ou literários que resgatem a memória histórico-cultural dos estados brasileiros.

—O Senado é depositário das idéias impressas que resgatam a memória histórico-cultural do Brasil, por intermédio dos estados, e a proposta possibilitaria a divulgação dos trabalhos de artistas e escritores anônimos deste imenso país — afirmou.

A Medida Provisória 9/01, que alonga as dívidas originárias do crédito rural, voltou a trancar ontem a pauta de votações do Senado. A maioria das lideranças partidárias declarou-se em obstrução porque não há acordo sobre o procedimento para votação nem sobre o conteúdo do texto que a Câmara transformou em projeto de lei de conversão.

Ao alertar o Plenário para a necessidade de as votações voltarem ao seu curso normal, o presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que, se não houver uma solução, fará apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para restringir a edição de MPs, sob pena de o Legislativo precisar alterar a resolução aprovada para normatizar o assunto.

— Se toda MP trancar a pauta do Senado, como é que a Mesa vai fazer? Eu não tenho saída, tenho que cumprir a lei e vou cumprí-la — afirmou.

Tebet lembrou que foi o próprio Congresso que votou a resolução



Tebet alertou o Plenário para a necessidade de as votações voltarem ao normal e fez apelo às lideranças para que encontrem uma solução

que hoje regulamenta a tramitação das medidas provisórias. Também alertou que não pode retirar uma MP da ordem do dia, porque isso contraria a resolução. Segundo ele, a Mesa, logo que recebe uma medida provisória, coloca-a em votação, a fim de propiciar a deliberação de outras matérias. Se o processo não for consumado com a votação, o Senado corre o risco de passar todo

o seu tempo discutindo MPs.

Quando as lideranças anunciaram que estavam em obstrução, Tebet informou que transferia a ordem do dia para hoje. Ele fez apelo aos líderes para que encontrem uma solução para votar a MP, em sua opinião, “muito importante porque diz respeito à dívida dos agricultores brasileiros”.

Tramitação da MP da dívida rural é criticada

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) foi o primeiro parlamentar a manifestar-se ontem quanto às dificuldades para votação da medida provisória que repactua as dívidas do crédito rural. Ele disse que o texto aprovado pela Câmara ignorou emendas de uma comissão mista que não chegou sequer a se reunir, e ainda incluiu matéria nova.

— Sem querer criar conflito, se eu fosse presidente do Senado, devolveria o projeto à Câmara. Temo muito que não coloquemos a coisa certa desde o primeiro momento — aconselhou ele.

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) concordou com Lúcio Alcântara e pediu que o Senado fixe normas definitivas para a tramitação das MPs.

— É preciso estabelecer que as comissões mistas têm que se reunir, têm que decidir. Se não existir acordo, é melhor que o texto volte para a Câmara.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) reconheceu as dificuldades que o Senado enfrenta, mas observou que a comissão mista incumbida do assunto deveria ter se reunido. Ela solicitou destaque para emendas que foram rejeitadas e, referindo-se ao mérito, disse que o texto não beneficia o produtor rural nordestino como faz com o do Sul e o do Sudeste.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também criticou o mérito da medida, dizendo que o mesmo governo que propiciou a salvação dos bancos com a criação do Proer (programa de recu-

peração das instituições financeiras) é, nessa MP, negligente com os produtores rurais.

No mesmo debate, Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que a medida provisória precisa ser analisada com mais calma.

— A própria tramitação da MP está encurralando o Senado, obrigando-o a votar de afogadilho — salientou.

Na opinião de Romero Jucá (PSDB-RR), a questão principal é o fato de que as comissões mistas que deveriam examinar as medidas provisórias não se reúnem. Ele observou que a Câmara vota a MP quando ela já está trancando sua pauta, enviando em seguida para o Senado um texto que também chega trancando a ordem do dia da Casa.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2002

PRESIDENTE RAMEZ TEBET

10h30 — Recebe o deputado Ricardo Barros, acompanhado da delegação ucraniana
11h — Preside sessão deliberativa ordinária
15h — Recebe o deputado Silas Brasileiro
17h — Recebe o ministro Nilson Naves, presidente do Superior Tribunal de Justiça

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: entre outros, Medida Provisória nº 9/01, dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural de que trata a Lei nº 9.138/95; Medida Provisória nº 11/01, que cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício seguro-safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do estado de Minas Gerais, nos municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem; Medida Provisória nº 12/01, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de R\$ 86 milhões, para os fins que especifica; PLC nº 125/01, altera o art. 98 da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; PR nº 01/2002, autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR nº 2/02, autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, de principal; Requerimento nº 20/02, solicita, nos termos regimentais, a inclusão na ordem do dia do PLS nº 96/01, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89; PDL nº 271/00, aprova o ato que autoriza a Radioclube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara (GO); PDL nº 320/01, aprova o ato que autoriza a Associação Paz e Bem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri (MG); PDL nº 398/01, aprova o ato que renova a concessão do Rádio Transcontinental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio (RS); Parecer nº 76/02, sobre a Mensagem nº 4/02, pela qual submete à deliberação do Senado o nome do tenente-brigadeiro-do-ar Henrique Marini e Souza, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Mensagem nº 86/02, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor total equivalente a US\$ 240 milhões, de principal, com garantia do Brasil, entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Fiscais e auditores pedem a Tebet alteração em MP

Representantes de diversas categorias funcionais da Receita Federal, da Previdência Social e do Ministério do Trabalho pediram ontem ao presidente do Senado, Ramez Tebet, que a Casa altere medida provisória (MP) que, conforme argumentaram, prejudica suas carreiras.

De acordo com Paulo Gil, presidente do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco-Sindical), a medida provisória reestruturou as carreiras reduzindo o salário inicial, sem estender gratificações para aposentados, e instituiu avaliação individual que torna a remuneração variável. Ele disse que a avaliação é subjetiva e que a MP "politiza o serviço público". A matéria aguarda exame da Câmara.

Presidente do Senado recebe dirigente da Adeco

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem visita do presidente da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Adeco), Giuseppe Pallozi Lavorante. A Adeco tomou parte em empreendimento implementado em Três Lagoas, cidade natal de Tebet, no valor inicial de US\$ 6 milhões, informou o presidente da agência.

Lavorante explicou que a agência é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que incentiva parcerias italo-brasileiras. No total, a entidade prevê investimentos de US\$ 135 milhões por parte de empresas italianas em outras áreas do Centro-Oeste.

Ibama dá licença ambiental para usina em Corumbá

O vice-presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Renováveis (Ibama), Nan Borges de Souza, entregou ontem ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cópia de ato assinado pelo presidente da entidade, Hamilton Nobre, concedendo licença ambiental para a construção de usina termelétrica em Corumbá (MS).

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), a deputada Marisa Serrano e o prefeito de Corumbá, André Buccinelli, também compareceram ao gabinete do presidente do Senado para tomar conhecimento da concessão da licença pelo Ibama.

Tebet recebeu ainda o presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Inca, Jorge Furtado, que solicitou apoio para a criação da carreira de fiscal federal agrário, equiparada a função semelhante existente no quadro do Ministério da Agricultura. Estiveram presentes ao encontro representantes de trabalhadores rurais solidários com o pleito dos agrônomos.

Comissão de Segurança aprova mudanças que agilizam processos

Alterações no Código de Processo Penal, como a que permite ouvir todas as testemunhas em uma única audiência, podem diminuir em 50% a duração das ações, afirma relator

A Comissão Mista de Segurança Pública aprovou ontem mudanças no Código de Processo Penal que diminuirão o número de recursos e a duração dos processos criminais. Uma das mudanças previstas no texto do deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP) é a concentração da instrução criminal em uma audiência, na qual seriam ouvidas todas as testemunhas e as alega-



A comissão mista também aprovou mudanças no instituto da fiança, atualizando os valores

ções da defesa e da acusação. O deputado acredita que as mudan-

ças diminuirão em quase 50% a duração das ações penais.

também cria o instituto da defesa prévia, com a produção de pro-

Outra alteração é a limitação do número de testemunhas arroladas pela defesa. Atualmente, são permitidas cinco testemunhas por réu, o que, no caso de crimes com muitos acusados, acaba protelando o processo. Pelo texto de Fleury, o número de testemunhas estaria limitado ao fato, independentemente do número de implicados. O texto

vas e as alegações da defesa e da acusação, permitindo a absolvição preliminar e diminuindo a sobrecarga no Judiciário.

A comissão promoveu profundas alterações no instituto da fiança – o atual Código de Processo Penal, de 1941, fixa valores ainda em contos de réis, tornando a aplicação inócua. Para penas maiores, a fiança pode ser fixada em valores que oscilam entre 20 e 200 salários mínimos. Além disso, a situação econômica do réu pode levar o juiz a reduzir ou aumentar o valor.

Crime hediondo justifica prisão preventiva

A participação em organização criminosa e a prática de crime hediondo serão justificativas para a decretação de prisão preventiva. Essa é uma das propostas do relatório do deputado Luiz Antônio Fleury aprovado ontem pela Comissão de Segurança.

O Código de Processo Penal permite a decretação de prisão preventiva quando o investigado representar perigo à sociedade;

quando criar obstáculos às investigações, havendo possibilidade de fuga do acusado, ou ainda quando o indiciado prosseguir na prática dos crimes. Neste caso, haveria a chamada inversão de justificativa, que obrigaria o juiz, no caso de recusa do pedido de prisão preventiva, a apresentar as razões de sua decisão.

No caso de delitos cometidos por organizações criminosas, o

eventual excesso de prazo da instrução criminal não prejudicará a manutenção das prisões provisórias. Esta é uma alteração importante, uma vez que, pela legislação atual, findo o prazo de 81 dias cessam os efeitos das prisões preventivas ou temporárias, ainda que a instrução criminal não tenha sido concluída. Isso ocorre com frequência na apuração de crimes mais complexos.



Segundo Geraldo Cândido, civis do Arsenal da Marinha cobram inclusão em PCC

Cândido denuncia violência contra servidor no Rio

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) denunciou o clima de arbítrio, intimidação e tortura psicológica a que estão sendo submetidos os servidores do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. "Há anos que os 7.265 servidores civis das Forças Armadas reivindicam sua inclusão no Plano de Cargos e Carreira (PCC) e o pagamento correto do reenquadramento", explicou.

Conforme relatou, no dia 1º de fevereiro, os funcionários civis do Arsenal de Marinha fizeram um protesto diante do prédio da direção e foram surpreendidos por um aparato de guerra para coagir os trabalhadores e fazê-los recuar. Como se decidiram por novo protesto, em frente ao 1º Distrito Naval, passaram a ser filmados e foram alvo de sindicâncias e investigações pelo serviço secreto da Marinha, disse o senador.

Cândido leu carta do Sindicato dos Servidores Civis na Forças Armadas do Rio de Janeiro denunciando "clima de terror somente visto durante o regime militar".

Divulgação de seqüestro passa a ter limites

A proibição da divulgação de seqüestro sem a autorização da família da vítima também foi aprovada ontem pela comissão, que votou o substitutivo da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), relatora do subgrupo destinado a tratar de seqüestro e crimes contra a vida e contra o patrimônio.

Iniciada na noite anterior, a votação só foi concluída em nova reunião realizada na manhã de

ontem. A limitação da divulgação dos crimes de seqüestro suscitou polêmica, gerando dúvidas sobre a constitucionalidade de uma medida que pode restringir a liberdade de imprensa. "É inconstitucional o cidadão defender seu bem maior, que é a sua vida?", indagou Laura Carneiro.

Também no caso de extorsão mediante seqüestro, a comissão aprovou a obrigatoriedade de de-

cretação de prisão preventiva quando houver "indício suficiente". Mas o juiz poderá, excepcionalmente, deixar de decretar a prisão, fundamentando sua decisão. O substitutivo aprovado também altera, dos atuais 12 anos, no máximo, para 30 anos, o prazo de prescrição dos crimes hediondos e atribui à Justiça comum a competência para julgar militares nos crimes dolosos contra a vida.

Iris prevê votação rápida no Senado e na Câmara

As alterações no Código de Processo Penal aprovadas ontem pela Comissão de Segurança deverão ter tramitação rápida na Câmara dos Deputados e no Senado, avaliou o presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO). Ele deverá se reunir hoje com os presidentes das duas Casas do Congresso para entregar a eles não apenas as mudanças propostas no processo penal, como também as alterações na legislação

sobre seqüestro.

Iris disse não acreditar em obstáculos regimentais que impeçam a conclusão dos trabalhos da comissão em 60 dias. Ele lembrou que, ao apresentar o requerimento de criação da comissão, os presidentes da Câmara e do Senado e todos os líderes partidários determinaram que os projetos analisados por ela teriam tratamento prioritário.

Acrescentou que os presiden-

tes das duas Casas estão aguardando o trabalho da comissão para colocarem as matérias em regime de urgência.

A comissão volta a se reunir na terça-feira. Segundo o relator, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), há a possibilidade de que sejam votados projetos sobre a reestruturação das polícias, sobre a vinculação constitucional de verbas para a segurança pública e sobre o controle do comércio e o porte de armas.

CCJ conclui reforma do Judiciário

Na próxima quarta-feira, Bernardo Cabral apresenta texto consolidando mudanças feitas em seu parecer pela comissão. Emendas à proposta só poderão, agora, ser oferecidas em Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concluiu ontem a votação dos destaques apresentados ao parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a reforma do Judiciário. O texto final consolidando as modificações feitas ao parecer do relator será apresentado à comissão, dirigida pelo próprio Cabral, na próxima quarta-feira. A partir de agora, qualquer modificação proposta pelos senadores à reforma do Judiciário somente poderá ser apresentada em Plenário.

Na conclusão dos trabalhos de discussão e votação das emendas apresentadas ao parecer do relator, vários senadores elogiaram o



Trabalho de Bernardo Cabral como relator da reforma foi elogiado por vários senadores

desempenho de Bernardo Cabral, principalmente por haver permitido que fosse apresentado um grande número de sugestões, criando condições para que muitas das propostas fossem alteradas, conforme ressaltaram os senado-

res Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Francelino Pereira (PFL-MG), Romero Jucá (PSDB-RR) e Osmar Dias (PDT-PR), o vice-presidente da comissão.

Entre as emendas aprovadas pela CCJ, destaca-se a que mantém o parcelamento do estoque de precatórios por um período de 10 anos, rejeitando-se a proposta que apontava para uma redução de dois anos, defendida pelo relator.

Segundo Romero Jucá, que falou como líder do governo, a mudança iria permitir que títulos públicos envolvidos no pagamento de precatórios fossem negociados no mercado em 120 dias, passando a ser utilizados, a partir daí, no pagamento de impostos, o que implicaria redução das disponibilidades em dinheiro do Tesouro.

Com a liderança do governo,

votaram também os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e José Eduardo Dutra (PT-SE), que fizeram questão de ressaltar suas posições.

Jucá teve também sua posição acatada, contra o relator, ao defender emenda que transfere a responsabilidade de juízes para o Estado, segundo ele, até para "evitar a formação de máfias com o fim de onerar o Tesouro, desviando seus recursos". Contudo, o senador não conseguiu aprovação de emenda que retirava da Justiça do Trabalho os processos das empresas de economia mista. Nesse caso, como em vários outros, prevaleceu a tese do relator. Ao todo, a CCJ examinou e votou na reunião de ontem dez destaques, sendo que em sete deles prevaleceu a proposta do relator.

Tuma defende revisão do sistema prisional

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu uma profunda revisão do modelo prisional brasileiro, ao afirmar que o modelo vigente "não estanca a criminalidade e tampouco permite a reabilitação e a reinserção do preso na sociedade".

— Logo, o contribuinte brasileiro vem sendo enganado, explorado. Paga um altíssimo preço pela manutenção de um modelo absolutamente ineficiente e ineficaz — afirmou.

Tuma informou que há, no país, 230 mil presos nas penitenciárias e outros 90 mil em delegacias. Para ele, o Brasil ainda não dispõe de uma política voltada para o trabalho prisional, "embora não faltem projetos que intuem e defendam as finalidades educativa e produtiva do trabalho dos presos".

O senador acrescentou que o trabalho dos presos "acaba desonerando a sociedade e também assegurando melhores condições para os familiares do preso, sem contar o sentido de utilidade social que eventualmente vai conferir à sua própria vida".

— São Paulo e Paraná têm conseguido desenvolver projetos singulares realmente bem-sucedidos de implantação do regime laboral dos presos. As experiências nos dois estados mostram inequivocamente que a introdução do trabalho na prisão implica, na prática, a redução de custos do sistema penitenciário, a diminuição da violência nas prisões e a preparação do preso para a ressocialização — disse ele.

Citando o professor José Pastore, o senador ressaltou haver limites para o trabalho prisional. Segundo Tuma, a efetividade desse tipo de mão-de-obra estaria condicionada à formação de boa qualidade do preso, exigindo, assim, um treinamento prévio.

— Com custos crescentes e um contribuinte exaurido pela imensa carga tributária que suporta, é preciso que se busquem alternativas viáveis para o modelo penitenciário brasileiro, como a privatização dos presídios, que merece ainda estudos, mas se apresenta como possibilidade de desoneração de um Estado endividado, incapaz de oferecer adequadamente serviços básicos à população e que vê seus escassos recursos consumidos por um sistema caríssimo e ineficiente — observou.

País poderá ter mais quatro Tribunais Regionais Federais

Por decisão unânime, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a criação de novos Tribunais Regionais Federais (TRFs) no país, conforme substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) a proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG).

O texto original previa a criação de apenas dois novos tribunais, mas o relator, após ouvir vários senadores, decidiu pelo substitutivo instituindo, além dos TRFs da 6ª Região, com sede em Curitiba, e da 7ª Região, sediado em Belo Horizonte, os TRFs da 8ª Região, cuja sede ficaria em Salvador, e da 9ª Região, em Manaus.

Diversos senadores procuraram destacar o acerto da medida, por descentralizar a Justiça no país e propiciar maior rapidez na tramitação dos processos, nos julgamen-



Proposta de Arlindo Porto recebeu substitutivo na Comissão de Justiça

tos e execução das sentenças.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), que dividiu com o senador Paulo Souto (PFL-BA) a autoria da proposta de criação do TRF da 8ª Região, disse que o atual modelo "é excessivamente centralizador e irracional", destacando que o relator soube conciliar todos os interesses regionais manifestados na CCJ.

O TRF da 6ª Região, como prevê o substitutivo, terá jurisdição sobre o Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Atualmente, o estado de Santa Catarina está vinculado à 4ª Região, sediada em Porto Alegre. O TRF da 7ª Região ficará com jurisdição apenas em Minas Gerais.

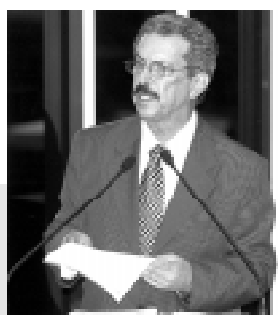
Já o TRF da 8ª Região terá jurisdição na Bahia e Sergipe, enquanto o TRF da 9ª Região abrangeria Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Amapá e Roraima. A matéria vai à discussão no Plenário.

Comissão aprova rigor com exploração sexual de criança

A punição ao crime de exploração sexual de crianças e adolescentes poderá ser maior, conforme projeto de lei do senador Romeu Tuma (PFL-SP) aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta será remetida nos próximos dias à Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para sua votação pelo Plenário do Senado.

A proposta de Romeu Tuma estabelece pena de reclusão de quatro a dez anos para quem "submeter, permitir ou fornecer meios para que outrem submeta criança ou adolescente à prostituição ou exploração sexual".

A CCJ também aprovou parecer do senador José Fogaça (PPS-RS) favorável a projeto de lei da Câmara que altera a proibição do exercício da advocacia em alguns



Projeto de Romeu Tuma foi aprovado na CCJ em caráter terminativo

casos. Atualmente, a prática da advocacia está vedada, mesmo em causa própria, aos que ocupem funções de chefe de Poder Executivo e de membro da Mesa de Poder Legislativo, bem como a seus substitutos legais. Na alteração proposta, essa limitação ficará restrita apenas nos municípios que sejam sedes de capital de estado.

Foi aprovado ainda pela CCJ parecer do senador Luiz Otávio (PPB-PB) favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que cria a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba.

O presidente da Comissão de Justiça, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), acolheu na reunião de ontem pedidos de vistas de várias propostas, entre elas a que concede pensão ao ex-deputado e ex-cacique Mário Juruna.

Delegados dão sugestões sobre segurança pública

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem um grupo de delegados das polícias Federal e Civil de vários estados. De acordo com o diretor de patrimônio da Associação de Delegados da Polícia Federal, Geraldo Chaves, os delegados entregaram propostas na área de segurança pública, sugerindo modificações na preparação de in-

quéritos e na lei orgânica das polícias, por exemplo.

Segundo Chaves, Tebet determinou o encaminhamento imediato das sugestões à Comissão Mista de Segurança Pública. O delegado defendeu a unificação do comando das polícias e maior entrosamento nas atividades, mas não a unificação.

Mozarildo propõe uso do FGTS para compra de veículo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu ontem projeto de sua autoria que permite a aquisição de veículo de uso pessoal ou familiar com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. A proposta, que está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), estabelece que o veículo não poderá ser utilizado para transporte de carga ou de passageiros nem mais de três anos de uso.

Para que o interessado nesse tipo de financiamento possa obtê-lo, ele terá de possuir residência própria, quitada ou não, devidamente registrada em seu nome ou de seu cônjuge ou companheira (o). Outra exigência constante na proposição é a de que o veículo adquirido não seja vendido ou negociado por um prazo de cinco anos.

De acordo com Mozarildo, o projeto tem dois objetivos: beneficiar o trabalhador de pequena e baixa renda e estimular a indústria automobilística, incorporando uma ampla faixa da população a seu mercado.

Ronaldo destaca grandeza de Mário Covas

O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) homenageou o ex-senador, ex-deputado e governador de São Paulo Mário Covas, morto há um ano, na sessão especial que reverenciou a sua memória, dizendo que o político dispensava considerações biográficas detalhadas.

— O homenageado se explica. Sua grandeza é emblemática. É bastante dizer que o Senado teve o privilégio de contar entre seus membros com Covas, que perseguiu um ideal acima de todos os interesses — frisou.

Destacando a honra, a responsabilidade e a ética como traços do homenageado, o senador lembrou as palavras de Ulysses Guimarães, que, referindo-se a Covas, disse que ele representava “a mais promissora carreira política do Brasil”.



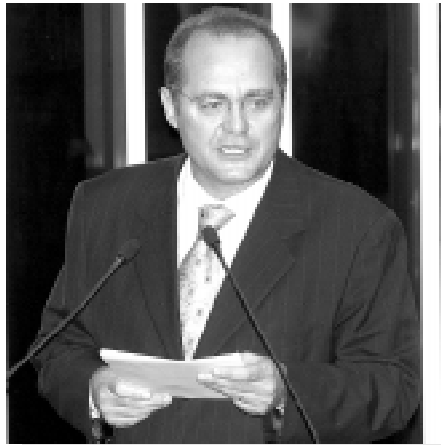
Trabalhador será beneficiado, diz Mozarildo

Calheiros apresenta projeto para sustar resolução do TSE

Senador entende que decreto legislativo é a saída mais adequada para barrar a verticalização das alianças já nas eleições deste ano

O senador Renan Calheiros entregou à Mesa do Senado um projeto de decreto legislativo que determina que não se aplica às eleições de 6 de outubro de 2002 a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que torna obrigatória a verticalização das alianças. Ou seja, se a proposta for aprovada, nas eleições estaduais os partidos políticos não estarão obrigados a repetir as mesmas coligações formadas para o pleito presidencial.

O projeto será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e só depois submetido à apreciação do Plenário, onde, para ser aprovado, necessitará de maioria simples. O senador entende que, entre todas as hipóteses cogitadas, o decreto le-



Calheiros: Senado dá o primeiro passo para encontrar uma solução constitucional

gislativo é a saída mais adequada para resolver o problema desencadeado pela decisão do TSE.

— O Senado dá o primeiro passo para encontrar uma solução constitucional que resolva o problema, a partir da noção dos limites dos Po-

deres do Estado — afirmou Renan Calheiros.

Para o senador, com a decisão o TSE extrapolou as suas atribuições e atravessou a competência do Legislativo. Ele declarou que o Congresso tem o direito de utilizar todos os meios legítimos para impedir que a decisão da Justiça tenha vigência nas eleições de outubro.

Renan Calheiros lembrou que, se a Constituição não permite que o legislador aprove uma lei que provoque mudanças no processo eleitoral durante os 12 meses que antecedem o pleito, o mesmo se aplica à Justiça Eleitoral. Lembrando o poeta russo Vladimir Maiakovsky, ele disse: “Quando invadem a nossa casa, mesmo que seja para retirar uma simples flor do jardim, e não falamos nada, essa invasão seguirá acontecendo até o ponto em que seremos expulsos do nosso lar”.

Senadores dizem que decisão veio na hora errada

Os senadores Gerson Camata (ES), Amir Lando (RO) e Roberto Requião (PR), do PMDB, além de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), José Fogaça (PPS-RS) e José Eduardo Dutra (PT-SE) manifestaram seu apoio ao pronunciamento do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que criticou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral obrigando a verticalização das coligações eleitorais.

Enquanto os peemedebistas manifestaram-se favoráveis ao mérito da decisão, discordando do momento em que o tribunal a tomou, o representante do Partido dos Trabalhadores afirmou que a matéria é inoportuna e questionou se o decreto legislativo — proposto por Renan — seria mesmo o mecanismo mais eficaz para o Congresso corrigir a decisão do tribunal.

— De qualquer maneira, vamos examiná-lo na Comissão de Constituição e Justiça. A preocupação maior é que o Legislativo não aja em tempo hábil e prevaleça a decisão do TSE — disse Dutra.

Fogaça classificou os argumentos de Renan como “extremamente competentes”. Para o senador gaúcho, “faltou compreensão política ao TSE” que, com sua decisão, “contraria a Constituição, a lei e a própria história do país”.

Embora ressaltando ser favorável à coerência partidária, que, segundo afirmou, é o que todos desejam, Valadares afirmou que a decisão do tribunal é inconstitucional, porque a lei maior proíbe qualquer alteração na legislação eleitoral 12 meses antes do pleito.

Camata disse que “a democracia

corre perigo quando quem regula a lei, ou a interpreta, passa além dela”. E acrescentou que ocorre uma crise entre os Poderes quando um assume as funções do outro.

Amir Lando manifestou entendimento semelhante sobre a questão. Não apenas a classe política, mas o próprio eleitor foi surpreendido com a decisão do TSE, disse. Ele reivindicou regras previamente determinadas como forma de se preservar os interesses da sociedade.

Requião afirmou que o TSE “transbordou a sua competência jurisdicional, inovou na legislação e invadiu a competência do Congresso Nacional e do Poder Legislativo”. O tribunal, disse o senador, “inventou, às vésperas da eleição, uma novidade que provocou o caos no processo eleitoral brasileiro”.

Comissão vai examinar na quarta PEC sobre coligações

A proposta de emenda à Constituição que cria uma alternativa à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de vincular as coligações partidárias estaduais às nacionais deverá ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na próxima quarta-feira, anunciou ontem o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

A sugestão de elaborar a PEC

em contraposição à norma definida pelo TSE foi feita pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que informou já terem sido coletadas mais de 50 assinaturas no Senado.

Bernardo Cabral informou ainda que recebeu a íntegra



José Eduardo Dutra informou que a PEC já tem mais de 50 assinaturas

do parecer do TSE sobre as coligações partidárias e colocou-o à disposição dos senadores. O texto servirá de subsídio ao trabalho da CCJ, segundo afirmou o senador José Fogaça (PPS-RS), que deverá relatar a matéria.

Jucá quer mais esclarecimentos do tribunal

Partido que não tiver candidato próprio à Presidência fica liberado para fazer coligações nos estados? Esta é uma das perguntas que o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para ele, a decisão do tribunal de que as coligações para presidente da República devem ser repetidas nas eleições estaduais deixou vários pontos sem esclarecimentos. O questionamento foi protocolado no TSE ontem, informou o senador.

Jucá quer ainda saber se um partido que não estiver participando de qualquer coligação nacional será obrigado a sair sozinho, nas eleições estaduais, ou apenas coligado com outros partidos que também não tenham candidatos a presidente da República. Para ele, o TSE tem de apresentar respostas claras e com rapidez, porque os partidos já estão em intensas negociações visando às eleições de outubro próximo.

Para Tebet, a realidade brasileira foi desconsiderada

O presidente do Senado, Ramez Tebet, reiterou ontem sua discordância da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as coligações eleitorais. Ele declarou que, em sua opinião, houve um equívoco, porque a realidade brasileira foi desconsiderada quando não se levou em conta que todas as unidades da Federação foram atingidas pela medida, adotada quando já estavam em andamento as negociações entre os partidos.

Quanto a alternativas que possam suspender os efeitos da decisão, Ramez Tebet fez questão de dizer que agirá como presidente da Casa, fazendo “o que for bom para o Senado”, e reafirmou que irá cumprir o que for decidido pela maioria.

Em outro momento da entrevista, Tebet disse acreditar que, já na próxima semana, a Comissão Mista de Segurança Pública votará alguns projetos considerados prioritários. Ele observou que, por enquanto, a obstrução anunciada pelo PFL está circunscrita à Câmara, por onde se inicia a tramitação da grande maioria dos projetos de iniciativa do governo.

Emilia: mudança na CLT ameaça direitos femininos

Alerta foi feito ontem durante homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Para a senadora, o projeto de lei que flexibiliza a legislação trabalhista põe em risco conquistas como a licença-maternidade e a licença-amamentação



Maria do Carmo: mulheres continuam sendo vítimas de agressões

Maria do Carmo propõe pacto contra a violência

Durante a sessão solene do Congresso Nacional em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) propôs a todos os presentes a adoção de um pacto contra a violência que continua atingindo as mulheres no Brasil e em várias partes do mundo.

— A paz começa em casa — afirmou Maria do Carmo, após traçar o perfil de vários tipos de agressões sofridas pelas mulheres ao longo da história, desde o assassinato das primeiras trabalhadoras que participaram de uma greve até as restrições impostas pelo antigo governo talibã, do Afeganistão.

De acordo com a senadora, as imagens de mulheres usando burca, impedidas de ir a médicos e obrigadas a pedir esmolas nas ruas afegãs, comprovam que ainda há muito a fazer na luta contra as desigualdades. E mais do que leis, na sua opinião, são as mudanças culturais que poderão garantir condições mais dignas de vida às mulheres, tanto no Brasil como em outros países.

Maria do Carmo alertou para o fato de que, a cada 15 segundos, uma mulher é espancada no Brasil. Além disso, observou, mais de 40% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) alertou ontem para a ameaça que representará para os direitos das mulheres a aprovação, pelo Senado, do projeto de lei que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por garantir prioridade aos acordos entre patrões e empregados em relação à legislação.

— A flexibilização da CLT põe em risco a garantia da licença-maternidade e da licença-amamentação, uma vez que o que pode ser negociado hoje pode ser suprimido amanhã — disse Emilia, durante sessão solene do Congresso Nacional para celebrar o Dia Internacional da Mulher.

Para Emilia, as mulheres precisam e devem se manifestar sobre os temas que lhes dizem respeito. Ela afirmou que os 82,6 milhões de cidadãs brasileiras travam batalhas diárias, no campo e na cidade, por melhor acesso aos sistemas de educação e saúde e para se impor no mercado de trabalho com direitos iguais aos dos homens.

Até hoje, observou, o salário das mulheres ainda representa,



Emilia Fernandes mostrou preocupação com o aumento do tráfico de mulheres

em média, apenas 60% do recebido pelos homens, apesar de ambos exercerem funções semelhantes e, em alguns casos, até com superior desempenho das mulheres. Ela afirmou ainda que as mulheres são as maiores vítimas do desemprego.

PROSTITUIÇÃO

Emilia alertou também para o aumento do tráfico de mulheres e da prostituição de meninas e adolescentes. Para combater esses problemas, disse, é necessário maior participação. “Precisamos avançar, assumindo o papel de mulher cidadã”, recomendou. “O mundo pelo qual lutamos não é o que exclui,

mas o que iguala direitos sociais, políticos e econômicos.”

ABAIXO-ASSINADO

A senadora, que também presidiu a sessão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, entregou ao presidente do Senado, Ramez Tebet, documento com 70 mil assinaturas de mulheres que pedem a manutenção de direitos trabalhistas femininos garantidos em lei.

Emilia explicou que o abaixo-assinado foi preparado em campanha de entidades de defesa dos direitos femininos e visa manifestar ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e demais autoridades públicas a preocupação das mulheres com projetos que propõem a retirada ou flexibilização de direitos já consignados na lei, como a licença-maternidade e a estabilidade no emprego da mulher grávida.

— Nós queremos mostrar com o abaixo-assinado que não iremos abrir mão desses direitos, e apelamos ao presidente da República para que atente para nossas preocupações.

Marluce defende união pelo interesse comum

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) referiu-se ao Dia Internacional da Mulher como uma data importante para o ser humano avaliar a importância de homens e mulheres se unirem em prol de um interesse comum, voltado para o benefício geral da sociedade. Para a senadora, o avanço alcançado pelas mulheres serviu para mostrar aos dois sexos a relevância do apoio recíproco.

— Não importam as características inerentes a cada sexo, o que vale é que homens e mulheres percebam que podemos ser iguais nas fronteiras do conhecimento e do trabalho e termos um mesmo e maior objetivo — disse Marluce.

Ela salientou o fato de as mulheres, com dificuldades ou não, estarem ocupando significativos espaços nos diversos setores da sociedade, derrubando preconceitos e discriminações em quase todas as partes do mundo.

— A marca da presença feminina é forte e incontestável atualmente, e os números o comprovam — acentuou a senadora, citando, como exemplo, estatísticas mostrando que as mulheres chefes de família representavam 20% do total pesquisado em 1990, número que hoje chega aos 30% dos lares brasileiros.

Marluce destacou ainda a informação de que, entre 200 mil vagas de trabalho abertas em 2000, 60% foram ocupadas por mulheres. Entre as destinadas a detentores de diploma de nível superior, 50% também foram ocupadas por mulheres. Hoje, enumerou Marluce, as mulheres representam 80% do número de psicólogos, 59% dos advogados, 54% dos médicos, 50% dos dentistas, arquitetos e professores universitários e 47% dos profissionais em jornalismo.

CONGRESSO

A senadora também afirmou que, apesar de lento, o reconhe-



Marluce Pinto considera que homens e mulheres podem ter um mesmo objetivo

cimento ao valor e às conquistas femininas não vem sendo negado pela maior parte dos homens, citando como exemplo a valorização que as mulheres congressistas recebem dos colegas.

Ela aproveitou para fazer homenagem especial à deputada Luiza Erundina (PSB-SP). Segundo disse, a parlamentar foi a primeira prefeita mulher de uma grande metrópole, São Paulo.

Tebet quer rapidez em projetos que beneficiam mulheres

Ao abrir a sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, o presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que estará atento à tramitação de todos os projetos que digam respeito às reivindicações “justas e merecidas” das mulheres brasileiras.

— Sou um aliado de vocês e me ofereço aqui para dar andamento a todas as propostas que possam significar avanços para as mulheres — afirmou Tebet ao público predominantemente feminino presente ao Plenário da Câmara dos Deputados.

Ao relatar que tem sido muitas vezes convidado para patrono de formaturas em todo o país, o presidente do Senado observou que, em quase todos os convites, a presença das mulheres nas listas de formandos já ultrapassa a dos homens. Ele lamentou que nem sempre as mulheres têm demonstrado interesse em participar da vida pública.

— Faço um apelo por uma maior participação das mulheres, pois os partidos políticos nem sempre têm conseguido cumprir a determinação da lei, da qual fui relator, que estabelece a existência de cotas para as candidaturas de mulheres — disse o senador.

Aécio Neves elogia atuação de deputadas

O presidente da Câmara, Aécio Neves, elogiou a atuação e a capacidade de articulação das deputadas federais durante sessão solene do Congresso Nacional para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Ele disse esperar o aumento da bancada feminina após as eleições deste ano.

— Estamos agora em um ano eleitoral e, quem sabe, poderemos ter na próxima sessão legislativa maior presença quantitativa de mulheres — afirmou.

Aécio Neves previu que ainda neste semestre haverá espaço, na pauta da Câmara, para discussão de projetos ligados às reivindicações da bancada feminina.

Candidatura própria do PMDB tem apoio de Mauro Miranda

Com base no resultado da convenção extraordinária do PMDB, realizada em São Paulo no último domingo, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu a apresentação de candidato próprio, pelo partido, à Presidência da República.

— Não nos conformamos com o papel secundário desempenhado pelo PMDB nas coligações nacionais de governos nos últimos oito anos — declarou.

Segundo disse, “a legenda que liderou a luta contra o regime militar” e possibilitou a transição para a democracia precisa “reassumir o seu protagonismo histórico”. O parlamentar afir-



Mauro Miranda: PMDB não pode continuar com papel secundário

mou ainda que o PMDB não aceita mais ser coadjuvante de projetos de poder que não permitem colocar em prática as suas idéias e propostas.

Mauro Miranda considera que a sociedade brasileira clama por novos rumos. Ele observa que a legenda pode representar alternativa para acabar com o desemprego e fazer com que a criminalidade deixe de ser um problema tão grave como é hoje.

Para o senador, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de condicionar as coligações partidárias estaduais às nacionais fortalece a posição de candidatura própria adotada na convenção.

Mário Santos descarta novo racionamento de energia

O Brasil não corre risco de ter racionamento de energia elétrica este ano e em 2003, desde que não ocorra outra seca e seja implantado o programa de termelétricas. A afirmação foi feita ontem pelo diretor-presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Mário Santos, aos integrantes da comissão especial que avalia a revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Mário Santos destacou o papel decisivo da integração dos diversos sistemas de transmissão, que estão possibilitando a “transposição virtual”. Segundo ele, do ponto de vista elétrico, foi possível realizar a transposição da energia elétrica gerada no Norte (Tucuruí e Tocantins) para o Nordeste, conseguindo com isso economizar a pouca água armazenada em Sobradinho e Três Marias.

O senador José Coelho (PFL-PE)

lembrou antigo projeto de transposição do Rio Tocantins. Mário Santos disse que a obra seria menos traumática do que a transposição do São Francisco. “O Rio Tocantins, do ponto de vista elétrico, já banha os estados nordestinos graças às linhas de transmissão integradas.” Segundo disse, o futuro aponta para crescente redução da dependência de água na geração de energia elétrica.

O presidente da comissão, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), quis saber se não seria melhor pagar um pouco mais agora pela energia emergencial (que é mais cara) e obter mais volume de água em Sobradinho. Mário Santos explicou que Sobradinho está com 25% do seu volume, suficiente para equilibrar o fornecimento de energia ao Nordeste até 2004, junto com as termelétricas que entram em funcionamento em 2003.



O diretor-presidente do ONS, Mário Santos, participou ontem de audiência na comissão especial que analisa a revitalização do Rio São Francisco

Heloísa quer ouvir a Polícia Federal sobre caso Roseana

Senadora apresentou ontem à CFC requerimento para que delegados expliquem apreensão de documentos em empresa da governadora maranhense

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou ontem requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para que seja convocado o diretor-geral da Polícia Federal e os delegados que participaram da operação que levou à apreensão de documentos na empresa Lunus, em São Luís (MA). Eles dariam explicações, em audiência pública, sobre a operação na empresa da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e Jorge Murad, seu marido.

O presidente da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), evitou colocar ontem em votação o requerimento, pois faltava um senador para o quórum mínimo de deliberação. Ele anunciou que a votação ocorrerá em reunião extraordinária da CFC convocada para a próxima quarta, dia 13.

O requerimento cita para a audiência pública os delegados Hélio Dias Leite e Paulo Tarso, da Divisão de Crime Organizado da Polícia Federal, além do dire-



A Comissão de Fiscalização e Controle votará o requerimento de Heloísa Helena em reunião convocada para a próxima quarta-feira

tor-geral do órgão, Agílio Monteiro Filho. O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) será o relator do requerimento.

Para Heloísa Helena, o objetivo é conhecer as possíveis ligações entre o empresário Aldenor Cunha Rebouças e o gerente de Planejamento do governo do Maranhão, Jorge Murad. A empresa AC Rebouças, de Aldenor Rebouças, representava em São

Luís, no mês de setembro do ano passado, a Usimar, acusada de receber financiamentos da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e de não investir o dinheiro em um projeto de autopeças. O Ministério Público pediu à Justiça, e conseguiu, que a Polícia Federal fizesse apreensão de documentos na Lunus, fato que ocorreu sexta-feira, dia 1º.

Rocha pede que líderes façam indicação para CPI

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu aos líderes partidários que façam a indicação dos membros para a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigará divergências entre as pesquisas eleitorais realizadas no ano 2000 e os resultados dos pleitos nos municípios do Rio de Janeiro, Goiânia, Recife, Porto Alegre, Macapá e Niterói.

Rocha apresentou o requerimento para a criação da CPI em 14 de fevereiro, com 30 assinaturas, três a mais do que o mínimo necessário.

— Já conversei com todos os líderes, e eles informaram que vão fazer as devidas indicações. Peço agilidade para que possamos apurar os indícios de irregularidade e, sobretudo, estabelecer critérios que possam prevenir os equívocos e os erros absurdos constatados nas eleições de 2000.

As pesquisas realizadas em Goiânia e Macapá foram citadas pelo senador como exemplos de erros cometidos por institutos de pesquisa. Ele lembrou que, na capital goiana, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatísti-



Sebastião Rocha é autor do requerimento para criação da CPI das pesquisas eleitorais

ca (Ibope) atribuiu ao candidato a prefeito Pedro Wilson, às vésperas das eleições, 15% das intenções de votos. Pedro Wilson foi o mais votado no primeiro turno, com 37%.

Em Macapá, disse o senador, o Ibope publicou resultados diferentes para uma pesquisa realizada no período de 25 a 27 de setembro de 2000. O jornal *Gazeta Mercantil* dos dias 29 e 30 de setembro e 1º de outubro, afirmou, noticiou que o candidato a prefeito João Bosco Papaléo Paes teria 29% dos votos, enquanto João

Henrique Rodrigues receberia 28,2%, portanto, empate técnico.

— Já a TV Amapá, afiliada da Rede Globo, divulgou a mesma pesquisa mudando completamente os índices divulgados pela *Gazeta Mercantil*. João Henrique teve 42% das intenções de voto, enquanto Papaléo Paes ficou com 25%. O resultado das eleições foi empate técnico: 36% a 36%, com uma pequena margem de 0,33% para João Henrique — afirmou Sebastião Rocha.

O senador também lamentou que a Rede Globo tenha usado seu nome em reportagem sobre jogo do bicho em Brasília. A matéria mostrou o motorista que estava à disposição de Rocha estacionando o carro oficial da Casa para, supostamente, fazer aposta numa banca de jogo de bicho. “Não autorizei e nem sequer sabia do fato.”

Rocha informou que o motorista, funcionário do Senado, já foi afastado do seu gabinete e que a 1ª Secretaria tomará as providências. “Não acredito que o meu nome tenha sido citado como retaliação da Globo por eu ter tomado a iniciativa de propor a CPI.”

Senado ouve ministros sobre restrições ao aço

Plenário aprovou requerimento convocando os ministros das Relações Exteriores, Celso Lafer, e do Desenvolvimento, Sérgio Amaral, para discutir a decisão dos Estados Unidos de impor novas limitações à importação do produto

O Senado aprovou requerimentos apresentados pelos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Romero Jucá (PSDB-RR) convocando os ministros das Relações Exteriores, Celso Lafer, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, para discutir a decisão dos Estados Unidos de impor novas restrições à importação de aço, medida que pode afetar as exportações brasileiras.

Na opinião de Paulo Hartung, o Brasil não pode aceitar passivamente a decisão norte-americana. Ele defende uma ação conjunta do Executivo e do Legislativo para o estabeleci-

mento de uma posição nacional coesa sobre o melhor caminho de contestação às restrições americanas, definindo os limites mínimos aceitáveis para que o Brasil se mantenha no processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Já o senador Romero Jucá entende que é importante discutir no Senado não só a posição do governo brasileiro diante da decisão dos Estados Unidos, mas também debater algumas iniciativas que o Congresso pode tomar, como por exemplo rever a Lei de Patentes e sobretaxar produtos americanos que hoje ingressam no Brasil.



Paulo Hartung: Brasil não pode aceitar passivamente a decisão norte-americana



Romero Jucá: é importante debater iniciativas que o Congresso pode tomar

Requião anuncia seminário internacional sobre o Mercosul

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou ontem em Plenário a realização de uma reunião externa da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, sob a forma de um seminário internacional, em Fortaleza (CE), entre os dias 11 e 13 próximos.

O seminário, intitulado "O Mercosul, a Alca e o Endividamento Externo", é um evento paralelo à reunião dos governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que se realiza também em Fortaleza, entre os dias 7 e 14 deste mês.

Segundo Requião, o seminário tem presença confirmada de representantes da Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, além de parlamentares integrantes da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Também foram convidados a participar da reunião os pré-candidatos à Presidência da República e os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves.

Na segunda-feira (11), a primeira sessão debaterá o endividamento externo e suas consequências sociais, tendo como expositor o economista brasileiro Paulo Nogueira Batista Júnior. A segunda sessão debate-



Roberto Requião: Comissão Parlamentar do Mercosul se reunirá em Fortaleza

rá os blocos econômicos e o papel dos parlamentos na integração regional do Cone Sul, tendo como expositor o deputado Ney Lopes (PFL-RN).

No dia seguinte, o tema em debate será a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e seu impacto no Mercosul. No encerramento do seminário, será assinada a Declaração de Fortaleza, a ser entregue aos representantes do BID.

No dia 14, a maior parte dos participantes estará em Natal (RN) para a realização de um segundo seminário internacional, intitulado "O Mercosul e a Alca: Desafios e Oportunidades". Em debate, a interligação entre as duas organizações, bem como o papel do BID no futuro da América Latina.

Camata denuncia campanha contra a Aracruz Celulose

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) denunciou uma campanha difamatória contra a Aracruz Celulose no Espírito Santo. "Trabalhada cavilosa-mente na Assembléia Legislativa", a campanha começou no ano passado, com a promulgação da lei que proibiu o plantio de eucalipto no estado para utilização na indústria de celulose.

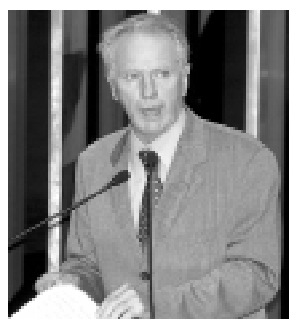
O parlamentar disse que a campanha continua agora com o requerimento de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), inspirada em "uma ação civil pública de objetivos duvidosos". A ação denuncia várias instituições e autoridades por favorecimento à empresa na concessão de licença de instalação de uma nova fábrica.

Para o senador, a proibição do plantio de eucalipto para a fabricação de celulose no Espírito Santo é inconstitucional, já que todo agricultor tem o direito de usar sua terra para plantar o que quiser, desde que não sejam culturas proibidas. A proibição, segundo o parlamentar, jogou por terra "um extraordinário programa de fomento florestal" que vem sendo realizado

pela Aracruz Celulose há mais de uma década, beneficiando mais de 2 mil pequenos produtores rurais em 50 municípios capixabas e também da Bahia e Minas Gerais.

— É risível a proibição de plantio do eucalipto para um fim específico, como pretende um legislador capixaba. Será que o eucalipto destinado à produção de celulose destrói o meio ambiente e a economia rural, enquanto aquele utilizado em outras finalidades não exerce nenhum efeito deletério? Trata-se, como vemos, de medida jocosa, mas que tem implicações trágicas, já que põe em risco a expansão de uma atividade relativamente nova no país e que poderia representar uma importante fonte de receita para a combatida agricultura capixaba.

O senador informou que a Aracruz Celulose faturou US\$ 574,3 milhões em 2001 com a venda de 1,3 milhão de toneladas de celulose, atingindo lucro líquido consolidado de R\$ 210,6 milhões. A inauguração da nova fábrica ampliaria suas exportações para cerca de US\$ 1 bilhão ao ano. A empresa exporta 95% do que produz.



Gerson Camata considera ilegal proibir plantio de eucalipto para celulose

Luiz Otávio apóia universidade no sul do Pará

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) registrou ontem seu apoio à proposta do deputado Bezerra de criar a Universidade Federal do Sul do Pará, por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal do Pará, que funciona em Marabá. O senador dirigiu-se ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para solicitar seu empenho na aprovação da proposta e ressaltou que ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto da Câmara que desmembra a Universidade Federal da Paraíba.

Segundo Luiz Otávio, desde a década de 70 a região sul do Pará registrou aumento populacional de 350%, contando com 39 municípios e mais de um milhão de habitantes. Esse quadro acarretou enorme demanda por infra-estrutura, disse o senador, lembrando que a região abriga a província mineral de Carajás.

Luiz Otávio afirmou que a concentração de matrículas "é dramática e perversa", já que na capital estão matriculados 32.400 alunos, para somente 8.629 no interior. O campus de Marabá acolhe apenas 1.500 alunos, completou. Em apoio à proposta de Luiz Otávio discursaram Moreira Mendes (PFL-RO), Ademir Andrade (PSB-PA) e Carlos Bezerra (PMDB-MT). Moreira lembrou que a bancada da Região Norte aprovou emenda ao Orçamento deste ano dotando R\$ 49 milhões para investimentos nas universidades públicas da região, mas a proposta foi rejeitada pelo ministro da Educação. Carlos Bezerra disse que Mato Grosso também dependia dessa verba e Ademir afirmou que a interiorização da universidade do Pará só tem se mantido pelo esforço da bancada paraense.



Luiz Otávio pede desmembramento de campus